

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Associados e Administradores do
Instituto de Estudos para Políticas de Saúde
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (“IEPS” ou “Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as
- divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Thiago de Barros Albuquerque
Contador CRC-RJ-115847/O-1

Balancos Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	2024	2023	PASSIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	29	352	Contas a pagar	9	4.822	42.797
Títulos e valores mobiliários	5	9.465.300	8.322.556	Obrigações trabalhistas e sociais	10	282.761	273.194
Créditos a receber	6	58	31.042	Recursos para projetos sociais	11	11.731.686	6.003.614
Doações a receber	7	9.447.875	4.837.460				
		18.913.262	13.191.410			12.019.269	6.319.605
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Doações a receber	7	6.014.661	7.489.079	Recursos para projetos sociais	11	6.014.661	7.489.079
Imobilizado	8	843.195	390.314				
Intangível	8	452	3.315			6.014.661	7.489.079
		6.858.308	7.882.708				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimônio Social	12	7.265.434	3.670.952
				Superávit do Exercício		472.206	3.594.482
						7.737.640	7.265.434
TOTAL DO ATIVO		25.771.570	21.074.118	TOTAL DO PASSIVO + PL		25.771.570	21.074.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago
Diretor Presidente
CPF 124.110.557-06

Marcelo Alves Caridade
CRC 116408/O-6

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
RECEITAS OPERACIONAIS	13	12.174.711	12.701.489
Com restrições		4.677.088	3.726.493
Programas e Projetos Sociais		4.677.088	3.726.493
Sem restrições		7.497.623	8.974.996
Contribuições e Doações Voluntárias		7.482.023	8.891.796
Prestação de Serviços		15.600	83.200
 CUSTO DAS ATIVIDADES SOCIAIS		 (6.824.518)	 (5.280.993)
Atividades Programáticas	14	(6.824.518)	(5.280.993)
 RESULTADO BRUTO		 5.350.193	 7.420.496
 DESPESAS OPERACIONAIS		 (4.877.987)	 (3.826.013)
Despesas com pessoal	15	(3.498.808)	(3.004.406)
Serviços prestados	16	(538.650)	(526.049)
Viagens e estadias	17	(411.804)	(414.194)
Despesas gerais e administrativas	18	(897.516)	(630.540)
Depreciação e Amortização	8	(167.231)	(111.231)
Encargos e Impostos	19	(5.468)	(946)
Resultado Financeiro Líquido	20	641.490	861.352
 SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS		 472.206	 3.594.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago
Diretor Presidente
CPF 124.110.557-06

Marcelo Alves Caridade
CRC 116408/O-6

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	2024	2023
Superávit do exercício	472.206	3.594.482
Resultados abrangentes do exercício	472.206	3.594.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago
Diretor Presidente
CPF 124.110.557-06

Marcelo Alves Caridade
CRC 116408/O-6

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit)	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.997.538	(326.586)	3.670.952
Incorporação do Superávit	(326.586)	326.586	-
Superávit do exercício de 2023	-	3.594.482	3.594.482
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.670.952	3.594.482	7.265.434
Incorporação do Superávit	3.594.482	(3.594.482)	-
Superávit do exercício de 2024	-	472.206	472.206
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.265.434	472.206	7.737.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago
Diretor Presidente
CPF 124.110.557-06

Marcelo Alves Caridade
CRC 116408/O-6

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit dos exercícios	472.206	3.594.482
Ajustes para reconciliar o superávit ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação/Amortização	167.231	111.231
Superávit do Exercício Ajustado	639.437	3.705.713
(Aumento)/Diminuição dos Ativos		
Créditos a receber	30.984	(22.141)
Títulos e valores mobiliários	(1.142.744)	(4.560.953)
Recursos de projetos e parcerias a receber	(3.135.997)	(1.170.698)
	(4.247.757)	(5.753.792)
Aumento/(Diminuição) dos Passivos		
Obrigações Trabalhistas e Sociais	9.567	64.821
Contas a Pagar	(37.975)	37.380
Recursos para projetos sociais	4.253.654	2.058.827
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
	4.225.246	2.161.028
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	616.926	112.949
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens (imobilizado e intangível)	(617.249)	(113.382)
Caixa consumido pelas atividades de investimento	(617.249)	(113.382)
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(323)	(433)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	352	785
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	29	352
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(323)	(433)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago
Diretor Presidente
CPF 124.110.557-06

Marcelo Alves Caridade
CRC 116408/O-6

1. **CONTEXTO SOCIAL**

O Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (“IEPS” ou “Instituto”), constituído em 10 de outubro de 2018 sob a razão social de Instituto de Estudos da Saúde, teve sua razão social alterada em 1º de julho de 2019, mediante aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de seus Associados Fundadores.

O Instituto é uma associação civil sem fins lucrativos, independente e apartidária, com sede no Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, nº 116, Sala 3704, Botafogo, e filial em São Paulo, na Rua Itapeva, nº 286, conjunto 81 a 84, Bela Vista.

O Instituto tem por objeto social a análise do setor de saúde no Brasil, e suas componentes, com vistas a contribuir para o aprimoramento das políticas públicas relevantes para a área.

O Instituto defende a ideia de que toda a população brasileira deva ter acesso à saúde de qualidade e que o uso de recursos e a regulação do sistema de saúde sejam os mais efetivos possíveis. Defende também que o acesso à saúde respeite o princípio da equidade, tendo o Estado Brasileiro um papel relevante, de natureza distributiva, neste processo.

Atualmente, o IEPS possui quatro eixos de atuação:

1. Produção de pesquisa científica
2. Formulação de propostas de políticas públicas
3. Fortalecimento da gestão pública
4. Promoção de uma cultura de saúde

O Instituto também se propõe a ser um espaço de encontro e articulação que facilite e estimule o diálogo franco sobre todos os assuntos relacionados com o sistema de saúde, a pesquisa rigorosa e a coerência na formulação de políticas públicas de saúde.

O Instituto tem o prazo de duração indeterminado e sua dissolução só poderá ser efetuada por meio de decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Em caso de sua dissolução social, os bens remanescentes serão destinados a outra entidade sem fins lucrativos e econômicos, preferencialmente com a mesma finalidade, nos termos da legislação aplicável.

Para administração de suas atividades, o Instituto através de alteração de seu Estatuto em 30 de junho de 2021 passou a ter a seguinte estrutura:

- a. Assembleia Geral, seu órgão soberano, é a reunião dos associados, realizada com a finalidade de deliberar sobre matérias do IEPS.
- b. Diretoria, órgão responsável pela direção e representação do IEPS. É constituída por 1 Diretor Presidente, 1 Diretor de Pesquisa, 1 Diretor de Políticas Públicas e 1 Diretor Administrativo-Financeiro. O mandato da Diretoria é de três anos, permitidas reeleições.
- c. Conselho Consultivo, órgão de aconselhamento da Diretoria e dos associados fundadores. Composto por no mínimo 3 membros, com mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

- d. Conselho Fiscal, órgão colegiado, constituído por 2 (dois) membros, com mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições.
- e. Conselho de Administração, órgão colegiado, constituído por no mínimo 3 (três) e no máximo 11 (onze) membros, com mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas (Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.255/09, NBC TG (R1) 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que aprovou o pronunciamento técnico PME do Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC) e em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.409/12, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem finalidades de lucros, alterada e consolidada em 21 de agosto e 2015 como ITG 2002 (R1).

A Administração do Instituto autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de dezembro de 2025.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos designados a valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Instituto são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Os itens das demonstrações financeiras onde a prática de julgamento pela Administração para determinação do valor de tais itens podem ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja identificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia seus investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. São medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos e calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa

Compreendem os montantes de caixa e aplicações financeiras disponíveis em contas bancárias de livre movimentação. Essas aplicações são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado”.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Instituto possuía os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, obrigações trabalhistas e sociais e recursos para projetos sociais.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

As doações e contribuições recebidas para custeio operacional são contabilizadas em contas de receita, que são divididas em Receitas com restrições e Receitas sem restrições.

Recebimento de recursos com restrições – registram os recursos recebidos, firmados em instrumentos contratuais e destinados às atividades sociais desenvolvidas pelo Instituto. São reconhecidos como obrigação do Instituto perante os doadores e são contabilizados inicialmente no ativo – Doações a Receber e no passivo – Obrigações com Projetos Sociais. As doações têm seu reconhecimento em conta de receita a partir da realização efetiva das despesas com projetos sociais as quais estão vinculadas.

Recebimento de recursos sem restrições – registram os recursos de prestação de serviços e das contribuições e doações voluntárias. As receitas de doações voluntárias variam em função do nível de assistência que o doador está disposto a oferecer ao Instituto. Esses recursos são contabilizados diretamente na conta de resultado, em Receitas Operacionais.

Os valores relativos às doações de recursos internacionais são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio nas datas de início de vigência dos contratos, incorporando as variações cambiais ocorridas até a data do fechamento do balanço.

O reconhecimento das despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, incluindo operações de *hedge*.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Ganhos e perdas na baixa ou na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação dos itens do ativo imobilizado é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	2024	2023
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	57 meses	42 meses

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel.

e. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com vida útil estimada de 5 anos.

f. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. O Instituto não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

g. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

h. Patrimônio Social

Representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados mensalmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais do Instituto.

i. Obrigações, imunidades e isenções tributárias

O Instituto, por sua finalidade e objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor (Artigo 15 da Lei nº 9532/97 e artigo 170 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR), usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras que, de acordo com a norma tributária, são retidos na fonte.

j. Apuração do superávit ou déficit

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A conta bancária é destinada ao recebimento dos recursos das operações da Instituição e à liquidação das despesas correntes, não havendo restrições, bem como bloqueios judiciais para suas movimentações.

Descrição	2024	2023
Caixa e bancos	29	352
Total	29	352

5. TÍTULO E VALORES MOBILIÁRIOS

O Instituto possui investimentos financeiros que referem substancialmente a aplicações em Fundo de Renda Fixa, discriminadas a seguir:

Descrição	Cotas em 2024	Cotas em 2023	Vencimento	2024	2023
Itaú - Priv. Exclusive FIC	10.599,67	9.714,47	-	4.973.076	4.095.789
Itaú - CDB Pós fixado	-	2.520.230,00	17/04/2024	-	3.328.123
Itaú - CDB Pós fixado	332.510,00	332.510,00	14/04/2025	456.491	410.872
Itaú - CDB Pós fixado	3.297.295,00	-	22/03/2029	3.543.792	-
Bradesco - CDB Invest Fácil	-	-	-	533	486.012
Bradesco - FIC FI RF Referenciado DI	177.829,98	1.253,26	-	278.408	1.760
Título de Capitalização				213.000	-
Total				9.465.300	8.322.556

6. CRÉDITOS

O Instituto possui créditos que estão discriminadas a seguir:

Descrição	2024	2023
Adiantamentos a empregados	-	30.896
Adiantamentos de despesas	58	-
Impostos a recuperar	-	146
Total	58	31.042

7. DOAÇÕES A RECEBER

Os recursos de doações a receber, destinados à execução das atividades estatutárias e firmados em instrumentos contratuais, são reconhecidos no ativo tendo como contrapartida uma obrigação do Instituto perante aos doadores e/ou parceiros (Nota 12). Essas obrigações são reconhecidas nas contas de resultado de acordo com a realização das despesas prevista no contrato firmado.

O Instituto possui doações a receber, divididas em curto prazo e longo prazo, que estão discriminadas a seguir:

Doações a Receber	2024	2023
Curto Prazo	9.447.875	4.837.460
Moeda nacional	5.765.456	1.943.625
Moeda estrangeira	3.682.419	2.893.835
Longo Prazo	6.014.661	7.489.079
Moeda nacional	3.616.669	3.162.000
Moeda estrangeira	2.397.992	4.327.079
Total	15.462.536	12.326.539

Os valores da tabela acima estão descritos, de forma analítica, na tabela abaixo.

Curto Prazo	2024	2023
Associação Umane	1.350.000	1.060.000
Instituto Betty	78.125	51.000
Fundação José Luiz Egydio Setubal	75.000	75.000
Saúde Digital - Johns Hopkins University	259.712	270.425
Instituto Arapyaú	462.000	462.000
Instituto Çarê	-	295.625
York Unit	1.168.532	1.006.868
Imperial College – Conflict in RJ	36.894	92.235
Imperial College - Fragmentation	1.394.208	1.524.307
Instituto Lemann	500.000	-
JPS – Umane/BNDES/IDIS	2.851.831	-
Child Mind Institute (CMI)	823.073	-
ABADHS - Instituto Devive	448.500	-
Total	9.447.875	4.837.460
Longo Prazo	2024	2023
Associação Umane	1.350.000	2.700.000
Instituto Arapyaú	-	462.000
York Unit	1.688.523	2.530.483
Imperial College - Fragmentation	709.469	1.796.596
Instituto Lemann	750.000	-
JPS – Umane/BNDES/IDIS	1.068.169	-
ABADHS - Instituto Devive	448.500	-
Total	6.014.661	7.489.079

A continuidade do repasse dos recursos com restrições ao Instituto pelo doador está condicionada à comprovação das atividades realizadas, que é efetuada através do envio da prestação de contas periódica e apresentação das demonstrações financeiras auditadas.

8. IMOBILIZADO e INTANGÍVEL

Descrição	Taxas Anuais Depreciação	Valor líquido 31/12/2023	Aquisições	Baixas	Depreciação/ Amortização	Valor líquido 31/12/2024
Equipamentos de Informática	20%	209.150	112.762	-	(76.771)	245.141
Móveis e Utensílios	10%	139.981	44.658	-	(27.176)	157.463
Máquinas e Equipamentos	20%	34.126	-	-	(4.961)	29.165
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		7.057	459.829	-	(55.460)	411.426
Total Imobilizado		390.314	617.249	-	(164.368)	843.195
Intangível - Software	20%	3.315	-	-	(2.863)	452
Total Intangível		3.315	-	-	(2.863)	452

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel.

O Instituto não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado, conforme previsto no CPC PME.

9. CONTAS A PAGAR

<u>Descrição</u>	2024	2023
Fornecedores	4.559	42.797
IRRF terceiros PJ (1708)	64	-
CSRF terceiros PJ (5952)	199	-
Total	4.822	42.797

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS A RECOLHER

<u>Descrição</u>	2024	2023
Provisão de férias	282.761	273.194
Total	282.761	273.194

11. RECURSOS PARA PROJETOS SOCIAIS

O Instituto possui recursos de doações, divididas em curto prazo e longo prazo, que estão discriminadas a seguir:

<u>Descrição</u>	2024	2023
Recursos de doações - curto prazo	11.731.686	6.003.614
Moeda nacional	7.259.872	2.603.559
Moeda estrangeira	4.471.814	3.400.055
Recursos de doações - longo prazo	6.014.661	7.489.079
Moeda nacional	3.616.669	3.162.000
Moeda estrangeira	2.397.992	4.327.079
Total	17.746.347	13.492.693

Os valores da tabela acima estão descritos, de forma analítica, na tabela abaixo.

Curto Prazo	2024	2023
Associação Umane	1.627.131	1.426.602
Instituto Çarê	102.218	433.595
Instituto Clima e Sociedade	-	1.083
Instituto Arapyáú	691.695	462.000
Instituto Betty	79.767	80.770
Fundação José Luiz Egydio Setubal	191.045	77.549
Saúde Digital - Johns Hopkins University	140.865	270.425
Umane Saúde Privado	-	121.960
Imperial College - Conflict in RJ	65.749	129.582
Imperial College - Fragmentation	2.388.831	2.135.276
York Unit	1.040.934	864.772

Instituto Lemann	677.430	-
JPS – Umane/BNDES/IDIS	2.842.085	-
ABADHS - Instituto Devive	1.048.500	-
Child Mind Institute (CMI)	701.607	-
Google	133.829	-
Total	11.731.686	6.003.614
Longo Prazo	2024	2023
Associação Umane	1.350.000	2.700.000
Imperial College - Fragmentation	709.469	1.796.596
York Unit	1.688.523	2.530.483
Instituto Arapyaú	-	462.000
Instituto Lemann	750.000	-
JPS – Umane/BNDES/IDIS	1.068.169	-
ABADHS - Instituto Devive	448.500	-
Total	6.014.661	7.489.079

12. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é representado por fundos originados dos resultados anuais e das doações de bens e recursos recebidos, a serem utilizados na consecução dos objetivos sociais do Instituto.

Na hipótese de o Instituto perder a atribuição conferida pela Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, o acervo patrimonial do Instituto deverá ser transferido para outra(s) pessoa(s) jurídica(s) qualificada(s).

O Estatuto Social proíbe a distribuição de quaisquer parcelas do patrimônio social ou do superávit apurado, devendo ser aplicados unicamente na operação do Instituto.

13. RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2024	2023
Associação Umane	1.271.431	1.429.001
Instituto Cactus	-	383.641
Instituto Çarê	331.377	352.997
Instituto Clima e Sociedade	-	74.618
Imperial College - Conflict in RJ	90.577	171.345
Imperial College - Fragmentation	905.677	676.553
York Unit	667.991	546.707
Instituto Arapyaú	232.305	-
Instituto Betty	157.253	19.180
Fundação José Luiz Egydio Setubal	155.505	72.451
Saúde Digital - Johns Hopkins University	177.637	-
Child Mind Institute (CMI)	589.212	-
JPS – Umane/BNDES/IDIS	9.746	-
Google	15.807	-
Instituto Lemann	72.570	-
Total	4.677.088	3.726.493

As receitas dos projetos são reconhecidas na contabilidade de acordo com a sua execução orçamentária, respeitando seus respectivos saldos.

Abaixo, seguem divisões dos contratos executados durante o exercício, de acordo com sua captação ou vigência.

Contratos em andamento:

Associação Umane – até 12/2025*	1.271.431
Instituto Çarê – até 12/2025	331.377
Imperial College - Conflict in RJ – até 02/2025	90.577
Imperial College – Fragmentation – até 09/2026	905.677
York Unit – até 08/2027	667.991
Instituto Betty – até 07/2025**	157.252
FJLES – até 08/2025**	106.599
Total	3.530.904

* O contrato atual com a Associação Umane finaliza a vigência em dezembro de 2025, porém o instrumento contratual prevê renovação até dezembro de 2026.

** Os contratos acima foram renovados por mais um ano em 2025 com os seguintes novos aportes: Instituto Betty E A. Jacob Lafer no total de R\$ 150.200,00 e Fundação José Luiz Egydio Setubal (FJLES) no total de R\$ 150.000,00.

Contratos captados em 2024:

JHU – até 11/2025	177.637
FJLES (Mais SUS) – até 12/2025	48.906
Arapyaú – até 12/2025	232.305
Child Mind Institute (CMI) – até 12/2027	589.212
JPS – Umane/BNDES/IDIS – até 11/2026	9.746
Google – até 11/2025	15.808
Lemann – até 12/2026	72.570
Total	1.146.184

Descrição (Recursos sem restrição)	2024	2023
Projeto TECHSUS	-	2.000.000
Contribuições e Doações Voluntárias PF	6.471.018	6.391.133
Contribuições e Doações Voluntárias PJ*	1.010.566	500.000
Prestações de Serviços	15.600	83.200
Outras Receitas	439	663
Total	7.497.623	8.974.996

* Brasil Warrant e Fundação Brava

14. ATIVIDADES PROGRAMÁTICAS

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Projetos e Parcerias	277.375	197.374
Eventos	118.190	31.020
Serviços de Terceiros	2.810.292	1.898.830
Despesas com pessoal	3.618.661	3.153.769
Total	6.824.518	5.280.993

As despesas com pessoal relacionadas às Atividades Programáticas referem-se à equipe contratada do IEPS trabalhando diretamente em diversos programas sob gestão do IEPS ligados aos objetivos do Estatuto Social.

15. DESPESAS COM PESSOAL

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Remuneração	2.113.442	1.884.525
Encargos sociais	516.255	466.009
Benefícios	869.111	653.872
Total	3.498.808	3.004.406

As despesas de pessoal referem-se à equipe contratada do IEPS, inclusive a de Administração do Instituto.

16. SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Serviços prestados PF / Encargo Social	20.794	15.788
Serviços prestados PJ	204.557	152.808
Assessoria / Auditoria contábil	72.280	156.531
Assessoria jurídica	38.782	64.608
Serviços de informática	126.455	76.910
Outros serviços prestados	75.782	59.404
Total	538.650	526.049

17. VIAGENS E ESTADIAS

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Passagens aéreas	209.297	244.428
Outras despesas de viagens	202.507	169.766
Total	411.804	414.194

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	2024	2023
Aluguel e Condomínio	668.383	448.294
Outras Despesas com Infraestrutura	100.915	73.013
Outras Despesas Administrativas	128.218	109.233
Total	897.516	630.540

19. ENCARGOS E IMPOSTOS

Descrição	2024	2023
Taxas	5.468	946
Total	5.468	946

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Descrição	2024	2023
<u>Receita Financeira</u>		
Receita financeira	997.219	981.710
<u>Despesas Financeiras</u>		
Imposto de Renda sobre Aplicação Financeira	(262.225)	(94.081)
Despesas com IOF	(13.248)	(11.399)
Outras Despesas Financeiras	(80.256)	(14.878)
Total	641.490	861.353

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalente de caixa, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

A Administração do Instituto procede a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado utilizando-se das informações disponíveis e metodologias apropriadas, procedimento este que requer considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor justo. A consistência desse valor justo é revisada pela Administração.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício o Instituto não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Instituto está sujeito a risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas financeiras caso um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais. Os valores de caixa e equivalentes de caixa em instituição financeira apresentados na tabela abaixo representam a máxima exposição de crédito sobre esses ativos:

Descrição	2024	2023
Caixa e Bancos	29	352
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.465.300	8.322.556
Créditos a receber	58	31.041
Doações a receber - CP	9.447.875	4.837.460
Doação a receber - LP	6.014.661	7.489.079
Total	24.927.923	20.680.488

Em 31 de dezembro de 2024, o Instituto estava exposto ao risco de variação cambial em relação aos valores de Doações a receber em moeda estrangeira no montante de R\$ 6.080.411,00 (Nota 7) (2023: R\$ 7.220.914). Uma variação positiva ou negativa, da taxa de câmbio em relação ao real, com todas as outras variáveis mantidas constantes, em relação ao valor de Doações a receber em moeda estrangeira não afetaria o Patrimônio Líquido e o Superavit/déficit do ano dado que o resultado produzido pela variação cambial aumentaria ou reduziria o saldo de Recursos de Projetos Sociais (Nota 11).

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é sempre ter liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

(iii) Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

22. PARTES RELACIONADAS

São partes relacionadas do Instituto os Associados Fundadores, os Diretores, os membros do Conselho Consultivo.

Membros da Diretoria – O Estatuto Social do Instituto possui previsão para remunerar os membros da Diretoria por sua atuação e pela prestação de serviços específicos.

Conselho Consultivo e Conselho Fiscal - conforme determina o Estatuto Social, os membros dos conselhos consultivo e fiscal não são remunerados. Assim sendo, o Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, em razão das competências, funções ou atividades que lhes forem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam reclamações trabalhistas contra o Instituto classificadas como perda provável e/ou possível que requeresse provisão para contingências.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até 17 de dezembro de 2025, data de autorização da emissão, não ocorreram eventos que pudessem alterar de forma significativa estas demonstrações financeiras e não há indícios de que as atividades e as operações do Instituto sejam comprometidas.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago
Diretor Presidente
CPF 124.110.557-06

Marcelo Alves Caridade
Contador
CRC/RJ 116408/O-6